

# As indústrias transformadoras em Portugal 2012-2016

Estudos da Central de Balanços  
Junho | 2018



BANCO DE PORTUGAL  
EUROSISTEMA

33



# 33

## As indústrias transformadoras em Portugal 2012-2016

Uma análise às empresas por  
nível de intensidade tecnológica

Estudos da Central de Balanços  
Junho | 2018





# Nota prévia

A presente análise baseia-se nos dados recolhidos através da Informação Empresarial Simplificada (IES) e tratados pela Central de Balanços do Banco de Portugal. Através da IES as empresas cumprem as obrigações de declaração das contas anuais perante os Ministérios das Finanças e da Justiça, o Banco de Portugal e o Instituto Nacional de Estatística (INE).

Para esta análise utilizaram-se os dados da IES de 2016, os mais recentes à data desta publicação. A IES é normalmente reportada no prazo máximo de seis meses e meio após o fim do exercício económico, o que corresponde, para a maioria das empresas residentes em Portugal, ao dia 15 de julho do ano seguinte ao de referência dos dados.

A informação reportada pelas empresas na IES é objeto de um processo de controlo de qualidade no Banco de Portugal que visa, essencialmente, assegurar a coerência e a integridade da informação estatística no exercício económico, assim como a consistência temporal dos principais agregados.

Para além da informação obtida através da IES, esta publicação incorpora informação complementar relativa ao financiamento das empresas e ao investimento direto do exterior em Portugal, disponível a partir de outras bases de dados geridas pelo Banco de Portugal. A informação da Central de Responsabilidades de Crédito permite caracterizar uma parte significativa dos passivos das empresas portuguesas, nomeadamente no que respeita aos empréstimos concedidos pelo setor financeiro residente. Foram incorporados neste estudo dados da Central de Responsabilidades de Crédito relativos ao período 2012-2017. A informação relativa ao investimento direto do exterior em Portugal permite detalhar os capitais próprios das empresas nacionais atendendo aos dados utilizados pelo Banco de Portugal no apuramento das estatísticas oficiais da balança de pagamentos e da posição de investimento internacional. Nesta análise, foi utilizada a informação relativa a 2016, em conjugação com os restantes dados.



# Sumário

Em 2016, as indústrias transformadoras contavam com 43 mil empresas, representativas de 10% das empresas em Portugal. Estas empresas eram responsáveis por um quarto do volume de negócios das empresas não financeiras em 2016. A maior parte das empresas do setor tinha sede na região Norte (51%), ainda que a sua relevância, atendendo ao volume de negócios, fosse mais elevada nas regiões Centro (37%), Norte (35%) e Alentejo (31%).

As empresas do setor foram agregadas em quatro segmentos de intensidade tecnológica, em linha com a definição adotada pelo Eurostat e pelo INE (disponível na síntese metodológica em Anexo). Não obstante, a definição considerada para a agregação dos referidos segmentos assenta na classificação setorial das empresas; assim, é possível observar empresas associadas a um determinado nível de intensidade tecnológica por força do setor de atividade a que pertencem, ainda que individualmente apresentem um nível de intensidade tecnológica diferente.

Em 2016, os segmentos de baixa e de média-baixa tecnologia agregavam, no seu conjunto, 91% das empresas e 75% do volume de negócios das indústrias transformadoras. Os segmentos de alta e média-alta tecnologia, que agregavam apenas 10% das empresas das indústrias transformadoras, geravam 25% do volume de negócios e empregavam 17% das pessoas ao serviço do setor em 2016, indiciando que as respetivas empresas apresentavam uma dimensão média superior à dimensão da empresa média do setor em 2016.

O volume de negócios do setor aumentou 1% em 2016, crescimento inferior ao observado para o total das empresas (2%). Entre 2012 e 2016 (período em que o volume de negócios do setor aumentou, em média, 0,5% ao ano), o crescimento do volume de negócios das indústrias transformadoras foi impulsionado pela indústria de baixa tecnologia, que contribuiu em 1,4 pontos percentuais (pp) para a taxa de variação do volume de negócios do setor em 2016.

As indústrias transformadoras apresentaram taxas de variação anual das exportações sempre superiores a 2% entre 2012 e 2016, situação que no total

das empresas apenas se verificou entre 2012 e 2014. Durante este período, o mercado externo contribuiu de forma determinante para o aumento do volume de negócios do setor, compensando a redução no mercado interno. Enquanto o crescimento das exportações do setor foi impulsionado, em 2012 e 2013, pela indústria de média-baixa tecnologia, entre 2014 e 2016 foi a indústria de baixa tecnologia que mais contribuiu para o aumento das exportações.

Os gastos da atividade operacional das indústrias transformadoras aumentaram 0,5% em 2016 (1,7% no total das empresas). Entre 2012 e 2016, o crescimento dos gastos da atividade operacional foi mais moderado do que o observado para o volume de negócios, facto para o qual contribuiu a redução do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (CMVMC) ao longo de todo o período. Esta evolução teve um impacto positivo sobre as margens operacional e líquida do setor, que aumentaram, em cada um dos casos, 3 pp relativamente a 2012.

Os capitais próprios financiavam 40% do ativo das indústrias transformadoras em 2016. Esta proporção era superior à registada para o total das empresas (32%), o que se observou ao longo de todo o período 2012-2016. Cerca de um quarto dos capitais próprios das indústrias transformadoras correspondiam a investimento direto do exterior em Portugal (IDE). A percentagem de capitais próprios correspondentes a IDE era mais elevada nas indústrias de média-alta e alta tecnologia (51% e 26%, respetivamente).

A maior parte do passivo das indústrias transformadoras em 2016 correspondia a dívida remunerada, embora numa proporção inferior à observada para o total das empresas (51% e 57%, respetivamente). Os empréstimos bancários representavam 51% da dívida remunerada do setor, apesar de os empréstimos concedidos pelo setor financeiro residente às indústrias transformadoras terem diminuído 11% entre 2012 e 2017 (26% para o total das empresas), de acordo com a informação da Central de Responsabilidades de Crédito. Esta redução foi mais elevada entre as

empresas das indústrias de alta e média-alta tecnologia (38% e 22%, respetivamente).

As indústrias transformadoras apresentaram sistematicamente rácios de incumprimento inferiores ao do total das empresas e decrescentes com a intensidade tecnológica dos segmentos. No final de 2017, o rácio de crédito vencido do setor situava-se nos 9,3% (13,5% no total das empresas), tendo variado entre os 1,6% na indústria de alta tecnologia e os 10% na indústria de baixa tecnologia. As indústrias transformadoras apresentavam também menores níveis de pressão financeira do que o total das empresas: os juros suportados pelas empresas do setor, em 2016, absorveram 8% do seu EBITDA (17% no total das empresas).

A dívida comercial correspondia a 27% do passivo das indústrias transformadoras em 2016 (16% para o total das empresas). Contudo, o financiamento líquido por dívida comercial era negativo, numa proporção equivalente a 4% do volume de negócios do setor.

# Índice

1. Introdução | **11**

2. Atividade | **12**

2.1. Estrutura | **12**

Caixa 1 | Grupos económicos nas indústrias transformadoras | **16**

2.2. Vendas e prestações de serviços | **18**

2.3. Gastos da atividade operacional | **19**

2.4. Rendibilidade | **19**

3. Financiamento | **22**

3.1. Capitais próprios | **22**

Caixa 2 | Empresas das indústrias transformadoras com investimento direto do exterior | **23**

3.2. Capitais alheios | **25**

3.2.1 Estrutura | **25**

3.2.2 Dívida remunerada | **25**

3.2.3 Dívida comercial | **26**

3.3. Equilíbrio financeiro | **27**

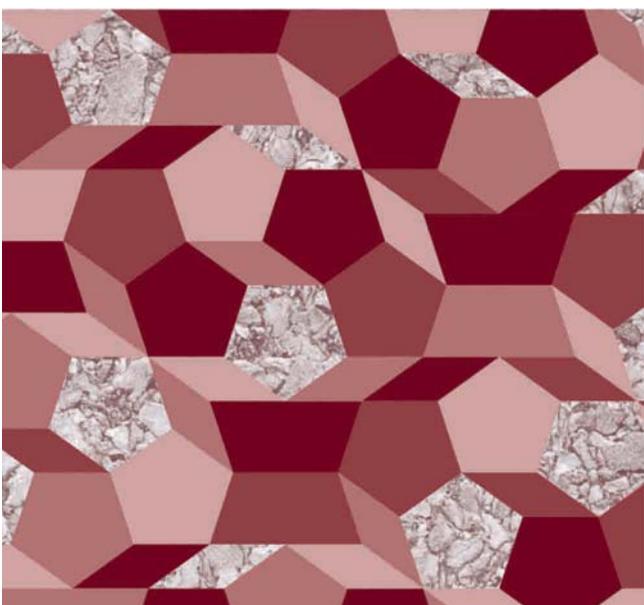
Anexo | **27**

Siglas e acrónimos | **35**

Referências | **36**

Estudos da Central de Balanços | **37**





# As indústrias transformadoras em Portugal 2012-2016

Uma análise às empresas por nível de intensidade tecnológica

1. Introdução

2. Atividade

Caixa 1 | Grupos económicos nas indústrias transformadoras

3. Financiamento

Caixa 2 | Empresas das indústrias transformadoras com investimento direto do exterior



# 1. Introdução

O estudo *As indústrias transformadoras em Portugal 2012-2016* apresenta uma avaliação da situação económica e financeira das sociedades não financeiras (SNF<sup>1</sup>) residentes em Portugal das indústrias transformadoras, tendo por base a informação da Central de Balanços do Banco de Portugal<sup>2</sup>. São englobadas as empresas cujas atividades se caracterizam, em termos genéricos, pela transformação, por qualquer processo, de matérias-primas provenientes de várias atividades económicas, em novos produtos. Estas empresas integram a Secção C – Indústrias transformadoras, da Classificação Portuguesa das Atividades Económicas, Revisão 3 (CAE – Rev. 3).

O setor foi dividido em quatro segmentos de atividade económica, de acordo com a classificação de intensidade tecnológica adotada pelo Eurostat e pelo Instituto Nacional de Estatística (INE). Esta classificação assenta na afetação das empresas a diferentes intensidades tecnológicas, a partir da sua classificação de acordo com a CAE-Rev.3<sup>3</sup>, dividindo as indústrias transformadoras nos segmentos de:

- Alta tecnologia;
- Média-alta tecnologia;
- Média-baixa tecnologia;
- Baixa tecnologia.

Esta classificação tem por base os dados sobre os gastos em investigação e desenvolvimento (I&D), o valor acrescentado bruto (VAB) e a produção, agregados por indústria. A definição considerada para a agregação dos referidos segmentos assenta, como tal, na classificação setorial das empresas; assim, é possível que haja empresas associadas a um determinado nível de intensidade tecnológica por força do setor de atividade a que pertencem, ainda que individualmente apresentem um nível de intensidade tecnológica diferente.

No Capítulo 2 é analisada a atividade das empresas das indústrias transformadoras, descrevendo-se as evoluções recentes do volume de negócios, das exportações e da rentabilidade do setor.

No Capítulo 3 descreve-se a estrutura de financiamento das empresas do setor. São ainda analisados os créditos concedidos pelo sistema financeiro residente às indústrias transformadoras.

A “Caixa 1 | Grupos económicos nas indústrias transformadoras”, no Capítulo 2, fornece informação sobre a inclusão das empresas do setor em grupos económicos.

Na “Caixa 2 | Empresas das indústrias transformadoras com investimento direto do exterior”, no Capítulo 3, apresentam-se alguns indicadores sobre as empresas do setor, de acordo com a existência de investimento direto do exterior no seu capital.

A análise incide sobre o período 2012-2016, com base em dados obtidos a partir da Informação Empresarial Simplificada (IES). Inclui-se ainda informação compilada pelo Banco de Portugal no âmbito de outros domínios estatísticos, tal como a informação sobre investimento direto do exterior em Portugal sobre os empréstimos concedidos pelo setor financeiro residente (com referência, neste caso, ao período 2012-2017).

A exploração dos dados microeconómicos permite detalhar o comportamento da generalidade das empresas do setor. Para esse efeito são referidos ocasionalmente indicadores baseados na distribuição dos valores individuais das empresas, que fornecem medidas isentas das distorções que os valores agregados podem apresentar pela eventual presença de valores extremos.

Em anexo apresenta-se uma síntese metodológica com a definição dos principais conceitos utilizados. No *site* do Banco de Portugal estão disponíveis, em ficheiro Excel, as séries estatísticas analisadas.

Na área “Empresas” do *site* do Banco de Portugal, cada empresa pode obter o seu Quadro da Empresa e do Setor. Esta informação permite à empresa comparar a sua situação económica e financeira com a das restantes empresas do mesmo setor de atividade e classe de dimensão, atendendo a um vasto conjunto indicadores.

## 2. Atividade

### 2.1. Estrutura

Em 2016, as indústrias transformadoras agregavam 43 mil empresas, representativas de 10% das empresas não financeiras em atividade em Portugal (Gráfico 1). Nesse ano, as empresas das indústrias transformadoras geraram 25% do volume de negócios e empregaram 24% das pessoas ao serviço das empresas não financeiras. De acordo com os resultados apurados para as sociedades não financeiras em 2016 (*Estudo 30 da Central de Balanços*), a indústria era o segundo setor de atividade mais relevante em Portugal, gerando um volume de negócios apenas inferior ao do comércio.

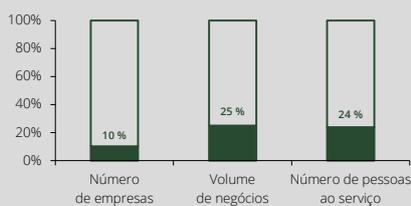
A maior parte das empresas das indústrias transformadoras desenvolvia atividades de baixa ou média-baixa tecnologia (59% e 32% das empresas, respetivamente). As empresas destes segmentos eram responsáveis pela maior parte do volume de negócios (45% e

30%, respetivamente, do volume de negócios total) e das pessoas ao serviço do setor (57% e 26%, respetivamente) (Gráfico 2).

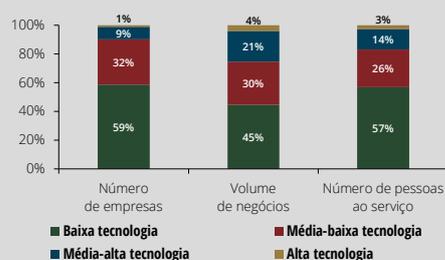
Os segmentos de alta e média-alta tecnologia agregavam apenas 10% das empresas das indústrias transformadoras; no entanto, geravam 25% do volume de negócios e empregavam 17% das pessoas ao serviço do setor em 2016.

A maioria do volume de negócios gerado no segmento de alta tecnologia tinha origem na *fabricação de equipamentos informáticos, equipamento para comunicações e produtos eletrónicos e óticos* (59% do volume de negócios do segmento); já no segmento de média-alta tecnologia, destacava-se a *fabricação de veículos automóveis, reboques, semirreboques e componentes para veículos automóveis*, com 41% do volume de negócios do segmento (Gráfico 3).

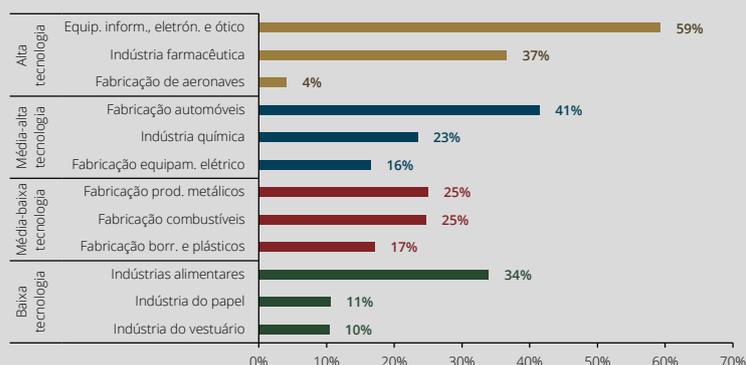
**Gráfico 1 • Peso das indústrias transformadoras no total das empresas (2016)**



**Gráfico 2 • Estrutura das indústrias transformadoras (2016)**



**Gráfico 3 • Peso das três maiores atividades no volume de negócios das indústrias transformadoras | Por segmentos de atividade económica (2016)**



O volume de negócios gerado pelas empresas dos segmentos de menor intensidade tecnológica encontrava-se mais disperso pelas respetivas atividades; destacavam-se, ainda assim, a *fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos* e a *fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados e de aglomerados de combustíveis*, ambas com um peso de 25% no volume de negócios da indústria de média-baixa tecnologia. As *indústrias alimentares* agregavam 34% do volume de negócios da indústria de baixa tecnologia.

O Norte era a região do país onde se localizavam a maior parte das empresas e das pessoas ao serviço das indústrias transformadoras em 2016 (51% das empresas e 54% das pessoas ao serviço). As empresas com sede na região geraram também a maior parcela do volume de negócios do setor (40%).

O volume de negócios da indústria de alta tecnologia em 2016 foi gerado, sobretudo, por empresas com sede na região Norte (46%) e na área metropolitana de Lisboa (38%) (Figura 1). Para as restantes indústrias, o volume de negócios estava menos concentrado nestas duas regiões; verificava-se também uma maior relevância da região Centro, que representava cerca de um quarto do volume de negócios em cada um dos segmentos. O contributo das regiões autónomas e do Algarve para o volume de negócios das indústrias transformadoras provinha essencialmente da indústria de baixa tecnologia. O peso conjunto destas regiões nos restantes segmentos era residual.

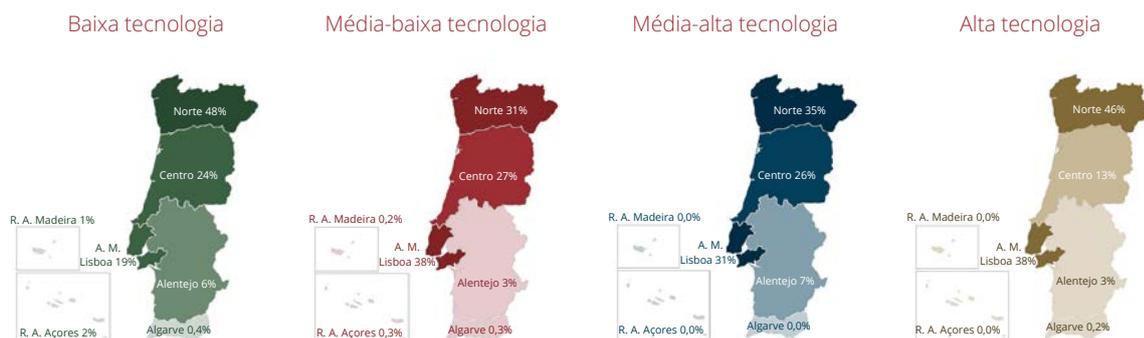
Em 2016, o peso das indústrias transformadoras no volume de negócios gerado pelas empresas com sede nas regiões Centro (37%), Norte (35%) e Alentejo (31%) era superior ao peso assumido por esta atividade no total do país (25%).

A dimensão média das empresas das indústrias transformadoras era superior à da empresa média nacional (Gráfico 4). Em 2016, as empresas das indústrias transformadoras geraram em média 1,9 milhões de euros de volume de negócios, mais do dobro da média nacional (0,8 milhões de euros). O volume de negócios médio era superior ao da empresa média nacional em todos os segmentos de atividade económica, sendo crescente com a intensidade tecnológica (4,7 milhões de euros na indústria de média-alta tecnologia e 7,2 milhões de euros na indústria de alta tecnologia).

As empresas das indústrias transformadoras empregavam, em média, 15 pessoas (média de 7 pessoas ao serviço, no total das empresas). Este valor era superior na indústria de média-alta tecnologia (média de 26 pessoas ao serviço) e na indústria de alta tecnologia (média de 38 pessoas ao serviço). Face a 2012, em média, enquanto as empresas de média-alta tecnologia empregaram mais duas pessoas em 2016, o número médio de pessoas das empresas de alta tecnologia diminuiu (em uma pessoa).

A maior dimensão média das empresas nos segmentos de alta e média-alta tecnologia refletia-se no peso das grandes empresas no res-

**Figura 1 • Estrutura do volume de negócios dos segmentos de atividade por região (2016)**



petivo volume de negócios (74% e 66%, respetivamente) e número de pessoas ao serviço (58% e 48%, respetivamente) (Gráfico 5). Por outro lado, as pequenas e médias empresas (PME) eram mais relevantes nas indústrias de baixa tecnologia (57% do volume de negócios e 70% das pessoas ao serviço do segmento) e média-baixa tecnologia (43% do volume de negócios e 65% das pessoas ao serviço).

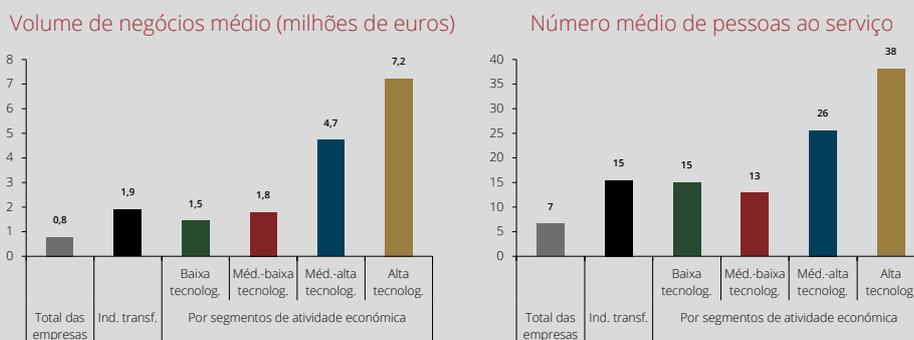
A segmentação de acordo com o nível de intensidade tecnológica evidenciava, desta forma, diferenças de composição do volume de negócios e do número de pessoas ao serviço por classes de dimensão. Contudo, estas diferenças não se refletiam na repartição das empresas pelas classes de dimensão. As microempresas eram as mais numerosas em todos os segmentos de intensidade tecnológica, com o seu peso a variar entre os 68%, nas indústrias de baixa e média-alta tecnologia, e os 75% na indústria de média-baixa tecnologia. As grandes

empresas pesavam mais nas indústrias de alta e média-alta tecnologia do que nos restantes segmentos, embora representassem apenas 4% e 2%, respetivamente, das empresas nestes segmentos.

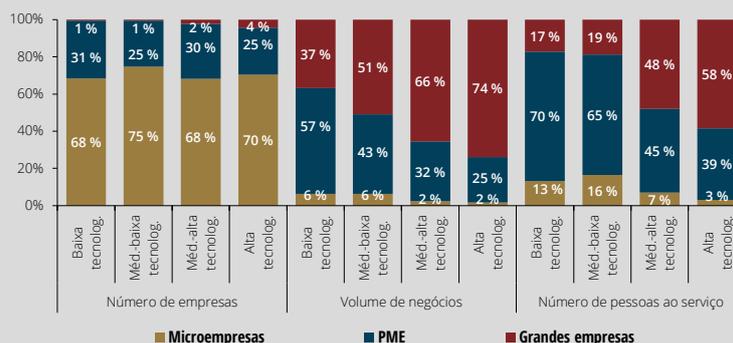
Entre 2012 e 2016, as indústrias transformadoras apresentaram taxas de variação do número de empresas consistentemente inferiores às observadas para o total das empresas. O número de empresas em atividade no setor aumentou apenas em 2014 e 2015 (Gráfico 6). Em 2016, o número de empresas das indústrias transformadoras diminuiu 0,3% em relação ao ano anterior, enquanto o número total de empresas no país aumentou 0,6%.

A indústria de alta tecnologia apresentava o maior dinamismo na criação líquida de empresas. Entre 2012 e 2016, o número de empresas em atividade neste segmento aumentou em to-

**Gráfico 4 • Volume de negócios médio e número médio de pessoas ao serviço (2016)**



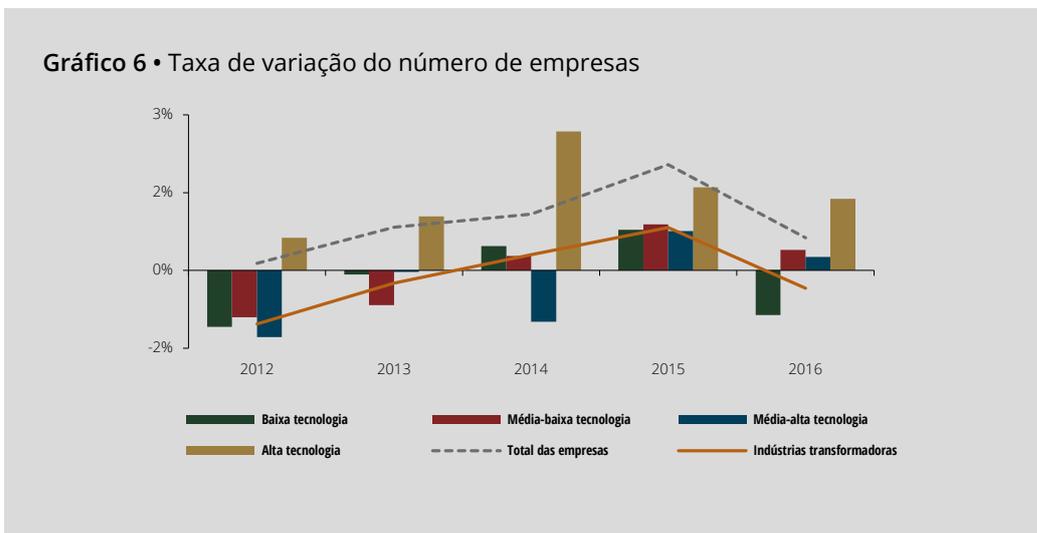
**Gráfico 5 • Estrutura | Por classes de dimensão e segmentos de atividade económica (2016)**



dos os períodos. Em 2016, o número de empresas subiu 1,4% relativamente ao ano anterior. Em contraponto, o segmento de baixa tecnologia foi o único cujo número de empresas em atividade diminuiu em 2016 (decreceu 1%, depois de ter aumentado 1% em 2015).

que a proporção de empresas integradas em grupos económicos é crescente com a intensidade tecnológica das indústrias. Observam-se ainda diferenças na caracterização dos grupos presentes em cada um dos segmentos de intensidade tecnológica.

Na “Caixa 1 – Grupos económicos nas indústrias transformadoras” é possível observar, tendo por base a informação da base de dados de grupos económicos do Banco de Portugal,



## Caixa 1 | Grupos económicos nas indústrias transformadoras

Através da IES é possível a identificação do conjunto de empresas integradas em grupos. Um grupo é definido, para este efeito, como o conjunto formado por uma ou mais entidades e pela entidade que as controla, direta ou indiretamente (designada por entidade controladora final). O *Estudo 32 da Central de Balanços*, de junho de 2018, analisa detalhadamente as entidades integradas em grupos.

Em 2016, 7 em cada 100 empresas das indústrias transformadoras estavam integradas em grupos económicos, proporção semelhante à registada no total das empresas. No entanto, este conjunto de empresas era responsável por mais de dois terços do volume de negócios total do setor (parcela 6 pp superior à observada no total das empresas) (Gráfico 7).

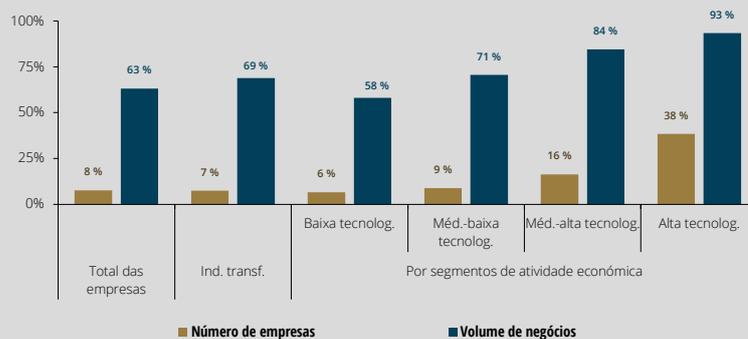
Por segmentos de atividade, o número de empresas e o volume de negócios associados a grupos económicos aumentavam com a intensidade tecnológica: quanto maior a intensidade tecnológica do segmento, maior era a proporção de empresas integradas em grupos económicos e maior era o peso do volume de negócios por elas gerado. Em 2016, enquanto 38 em cada 100 empresas de alta tecnologia estavam associadas a grupos económicos (responsáveis por 93% do volume de negócios do segmento), apenas 6 em cada 100 empresas de baixa intensidade tecnológica integravam grupos económicos (tendo estas empresas gerado 58% do volume de negócios deste segmento).

O grupo pode ser **nacional**, se for constituído apenas por entidades residentes em Portugal; **multinacional com controlo nacional**, se for constituído simultaneamente por entidades residentes e não residentes em Portugal, sendo a entidade controladora final residente em Portugal; ou **multinacional com controlo estrangeiro**, se for constituído simultaneamente por entidades residentes e não residentes em Portugal, sendo a entidade controladora final não residente em Portugal.

A nacionalidade e o controlo dos grupos económicos a que as empresas das indústrias transformadoras estavam associadas diferiam entre os vários segmentos de atividade económica: a proporção de empresas integradas em grupos económicos nacionais era superior nas empresas de baixa tecnologia (62%) (Gráfico 8). Esta parcela era tanto menor quanto maior a intensidade tecnológica (34% nas empresas de alta tecnologia).

Complementarmente, a integração em grupos multinacionais era tanto mais preponderante quanto maior a intensidade tecnológica das empresas: em 2016, dois terços das empresas de alta tecnologia integradas em grupos pertenciam a este tipo de grupo económico (38% nas empresas de baixa tecnologia). Entre as empresas que integravam grupos multinacionais, as associadas a grupos com controlo nacional eram comparativamente mais relevantes no segmento de baixa intensidade tecnológica (24% das empresas, que compara com 14% integradas em grupos multinacionais com controlo estrangeiro).

Gráfico 7 • Peso das empresas integradas em grupos económicos (2016)



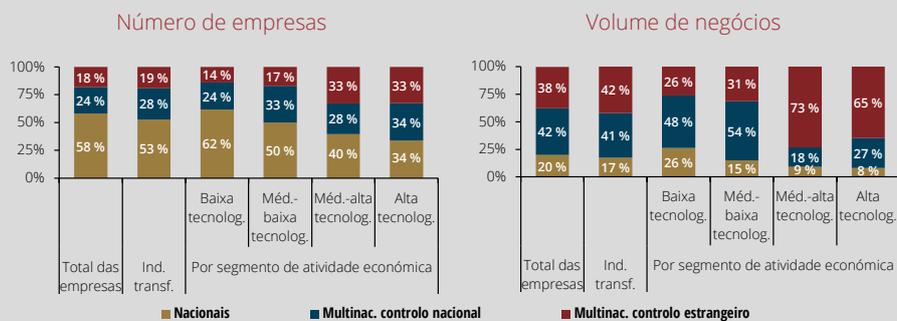
O volume de negócios das empresas das indústrias transformadoras integradas em grupos, no entanto, era maioritariamente gerado por empresas associadas a grupos multinacionais. Contudo, enquanto nos segmentos de menor intensidade tecnológica os grupos multinacionais de controlo nacional eram os mais preponderantes atendendo ao volume de negócios, as empresas associadas a grupos multinacionais de controlo estrangeiro eram as que geravam a maior parcela de volume de negócios nos segmentos de média-alta e alta tecnologia em 2016 (73% e 65%, respetivamente). De facto, nas indústrias transformadoras, dois terços do volume de negócios gerado por empresas associadas a grupos multinacionais de controlo estrangeiro estavam associados a grupos com sede na Alemanha (24%), Espanha (20%), França (15%) e Estados Unidos da América (8%).

Os grupos podem ainda ser caracterizados pelo número de atividades que as respetivas empresas exercem. No âmbito deste estudo distinguem-se as empresas integradas em grupos nos quais todas as empresas exercem atividade principal na Secção C da CAE-Rev.3 – Indústrias transformadoras (**apenas indústrias transformadoras**) das empresas integradas em grupos que incluem empresas com atividade noutras Secções da CAE-Rev.3 (**multiatividade**).

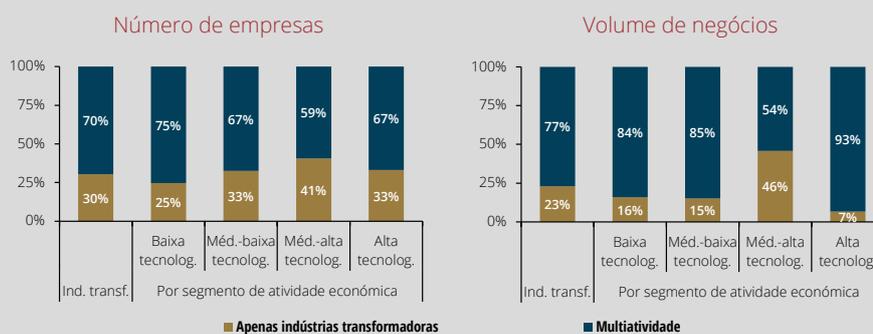
O segmento de baixa tecnologia apresentava a maior proporção de empresas associadas a grupos económicos diversificados: três em cada quatro empresas de baixa tecnologia integradas em grupos pertenciam a grupos económicos que desenvolviam mais do que uma atividade (67% no segmento de alta tecnologia) (Gráfico 9).

As empresas integradas em grupos económicos apenas com atividade nas indústrias transformadoras eram mais preponderantes no segmento de média-alta tecnologia (41% das empresas e 46% do volume de negócios gerado pelas empresas do segmento incluídas em grupos económicos).

**Gráfico 8 • Empresas das indústrias transformadoras integradas em grupos económicos | Estrutura quanto à nacionalidade do grupo (2016)**



**Gráfico 9 • Empresas das indústrias transformadoras integradas em grupos económicos | Estrutura quanto ao número de atividades do grupo (2016)**



Nota: Os grupos multinacionais são classificados numa destas duas categorias atendendo apenas às empresas do grupo residentes em Portugal.

## 2.2. Vendas e prestações de serviços

As vendas e prestações de serviços das indústrias transformadoras, que correspondem ao volume de negócios, aumentaram 1% em 2016. Apesar do crescimento registado, esta variação reflete a continuação da perda de relevância do setor no total das empresas (cujo volume de negócios aumentou 2%, em 2016). Esta situação tem-se verificado desde 2014, inclusive (Gráfico 10).

O crescimento do volume de negócios das indústrias transformadoras, registado desde 2013, tem sido impulsionado pela indústria de baixa tecnologia, segmento que contribuiu em 1,4 pp para a taxa de variação do volume de negócios do setor em 2016.

Já o volume de negócios da indústria de média-baixa tecnologia tem diminuído desde 2014, inclusive. Este segmento apresentou um contributo negativo de 0,7 pp para a taxa de variação do volume de negócios das indústrias transformadoras em 2016.

Entre 2014 e 2016, as empresas das indústrias de média-alta e de alta tecnologia contribuíram de forma marginalmente positiva para a variação do volume de negócios das indústrias transformadoras, em virtude de pesarem menos no volume de negócios do setor.

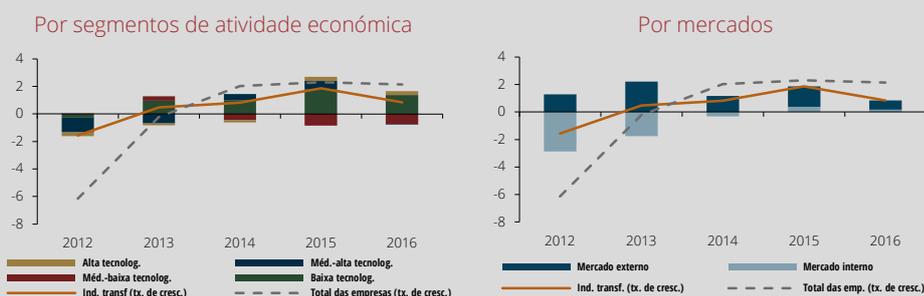
Em 2016, as exportações das empresas das indústrias transformadoras aumentaram 2% em relação ao ano anterior. Ao longo do período 2012-2016, a taxa de crescimento das exportações das indústrias transformadoras situou-se

sempre acima dos 2%. O dinamismo das exportações impulsionou o crescimento do volume de negócios do setor entre 2012 e 2016, tendo compensado a queda das vendas destinadas ao mercado interno durante o mesmo período. De resto, em 2016, a proporção de empresas do setor exportador nas indústrias transformadoras (15%) era superior à do total das empresas (6%), algo observável, de forma transversal, no período em análise. O peso do setor exportador era crescente com o grau de intensidade tecnológica, situando-se entre 13% nas empresas da indústria de baixa tecnologia e 26% nas empresas do segmento de alta tecnologia.

O contributo dos vários segmentos de atividade económica para a evolução das exportações foi genericamente positivo. Em 2012 e 2013, o crescimento das exportações do setor foi impulsionado pela indústria de média-baixa tecnologia. Entre 2014 e 2016, foi a indústria de baixa tecnologia que mais contribuiu para o aumento das exportações.

A orientação das indústrias transformadoras para o exterior é também evidente quando analisado o saldo entre as exportações e as importações realizadas pelas empresas do setor. Em 2016, este saldo era positivo num montante equivalente a 17% do volume de negócios do setor (Gráfico 11). Este valor era superior ao saldo observado para o total das empresas (1%), decorrendo esta diferença, sobretudo, do maior peso das exportações no volume de negócios das indústrias transformadoras (46%) face ao registado no total das empresas (21%).

**Gráfico 10 • Volume de negócios | Contributos (em pp) para a taxa de crescimento anual (em percentagem)**



As empresas de alta-tecnologia estavam significativamente orientadas para o mercado externo: em 2016, 4 em cada 10 euros de volume de negócios provinham de exportações. Não obstante, enquanto o diferencial entre a componente exportada do volume de negócios e a componente importada das compras e fornecimentos e serviços externos (FSE) se situava em torno dos 17% para a generalidade dos segmentos, as empresas de alta-tecnologia registavam um saldo nulo. Com exceção deste último segmento, a abertura ao exterior, avaliada pelo peso das exportações e importações no volume de negócios, era crescente com a intensidade tecnológica.

### 2.3. Gastos da atividade operacional

A estrutura dos gastos da atividade operacional das indústrias transformadoras distinguia-se da observada para o total das empresas pelo maior peso do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (CMVMC) e a menor relevância dos FSE (Gráfico 12). As diferenças perante o total das empresas eram menos acentuadas quando considerada a indústria de baixa tecnologia, que apresentava, inclusivamente, um peso dos gastos com pessoal superior. Por segmentos, destacava-se ainda a maior preponderância do CMVMC nas empresas de média-alta tecnologia (em detrimento dos FSE e dos gastos com o pessoal).

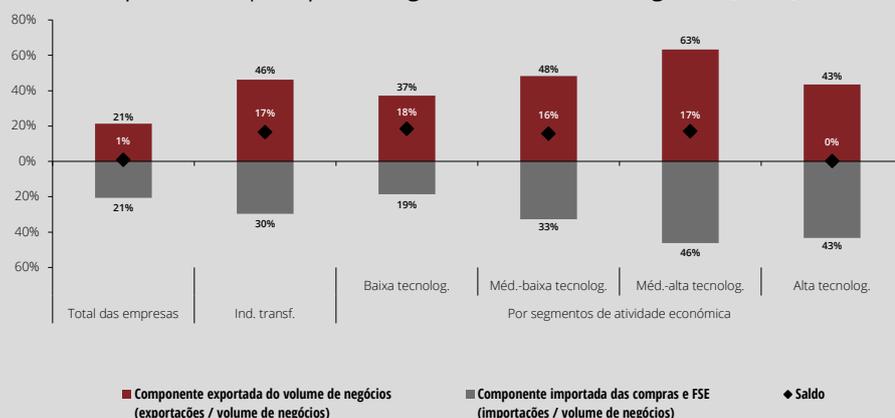
Os gastos da atividade operacional das indústrias transformadoras cresceram 0,5% em 2016, por via dos FSE e dos gastos com o pessoal, que aumentaram, respetivamente, 3,2% e 5,3% em relação a 2015 (contributos de 0,6 pp e 0,8 pp para a variação dos gastos operacionais do setor). Já o CMVMC diminuiu 1,5%, evidenciando um contributo de -0,9 pp para a evolução do total dos gastos operacionais. O CMVMC das indústrias transformadoras, de resto, diminuiu em todo o período analisado.

As empresas de média-baixa tecnologia foram as únicas a registar, de forma agregada, uma diminuição dos gastos da atividade operacional, 3,3% entre 2015 e 2016. Esta redução deveu-se a uma diminuição do CMVMC (de 7%), associada a um conjunto reduzido de empresas do segmento.

### 2.4. Rendibilidade

Em 2016, a margem operacional (EBITDA<sup>4</sup>/rendimentos) das indústrias transformadoras totalizava 10%, menos 0,5 pp do que o valor registado pelo total das empresas (Gráfico 13). Este indicador era semelhante na generalidade dos segmentos. No entanto, as empresas de alta tecnologia, embora tenham apresentado rendibilidades operacionais similares às dos restantes conjuntos de empresas em 2016, ti-

**Gráfico 11 • Componente exportada do volume de negócios e componente importada das compras e FSE | Em percentagem do volume de negócios (2016)**



Nota: A componente importada das compras e FSE corresponde às importações realizadas pelas empresas das indústrias transformadoras. Este conceito não deve ser confundido com o de importação de bens e serviços que consta na balança comercial, por incluir apenas as importações de bens de consumo intermédio incorporados na produção das empresas do setor, excluindo-se a importação de máquinas e equipamentos, assim como de bens de consumo intermédio realizadas por outros setores e bens de consumo final.

nham registado em 2012 um valor significativamente superior (10%, uma percentagem superior à média de 6% dos restantes agregados). Este foi, assim, o segmento cuja rentabilidade operacional menos cresceu entre 2012 e 2016, em contraponto com o segmento de média-baixa tecnologia, que apresentou um aumento de 5 pp neste indicador.

Já a margem líquida (resultado líquido do período/rendimentos) das empresas das indústrias transformadoras mostrava-se ligeiramente superior à do total das empresas em 2016 (4,1% e 3,5%, respetivamente). A evolução registada desde 2012 foi semelhante à da margem operacional, tanto para o setor como para os seus segmentos. As empresas de alta tecnologia apresentaram rentabilidades líquidas superiores às dos restantes segmentos, apesar de terem verificado aumentos menos significativos entre 2012 e 2016.

A evolução menos significativa das margens operacional e líquida das empresas de alta tecnologia, ligada à maior estabilidade de ambos os indicadores, pode estar associada a uma maior resistência a impactos externos, extensíveis ao resto da economia. De facto, entre 2010 e 2012, período durante o qual a economia portuguesa se encontrou em recessão (Rua, 2017), as margens operacional e líquida das empresas das indústrias transformadoras diminuíram 2 pp (4 pp no total das empresas). Os

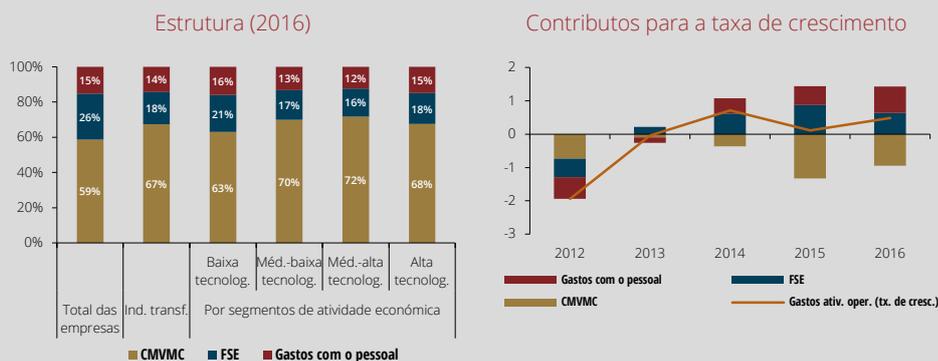
aumentos observados entre 2012 e 2016 representam, assim, uma recuperação destas margens para níveis próximos dos valores observados em 2010. A indústria de alta tecnologia, em particular, apresentou margens tendencialmente crescentes desde 2010, mostrando uma maior resiliência das empresas deste segmento durante o período recessivo.

Para além de níveis de rentabilidade tendencialmente superiores, o segmento de alta tecnologia apresentou, entre 2012 e 2016, uma maior produtividade aparente do trabalho<sup>5</sup>. Em 2016, gerou 49 mil euros de valor acrescentado bruto<sup>6</sup> (VAB) por cada pessoa ao serviço (Gráfico 14).

Ao longo do período em análise observou-se sempre uma relação crescente entre o valor acrescentado bruto por trabalhador e a intensidade tecnológica. A indústria de baixa tecnologia foi, entre 2012 e 2016, o único segmento de atividade com uma produtividade aparente do trabalho inferior à das indústrias transformadoras como um todo. Em 2016, a produtividade aparente do trabalho deste segmento totalizou 24 mil euros por trabalhador.

Para além da produtividade aparente do trabalho, também a remuneração por pessoa ao serviço era crescente em função do nível de intensidade tecnológica (Gráfico 15). Em 2016, a remuneração média das pessoas ao serviço do segmento de alta tecnologia era 56% superior à

**Gráfico 12 • Gastos da atividade operacional | Estrutura (2016) e contributos (em pp) para a taxa de crescimento anual (em percentagem)**



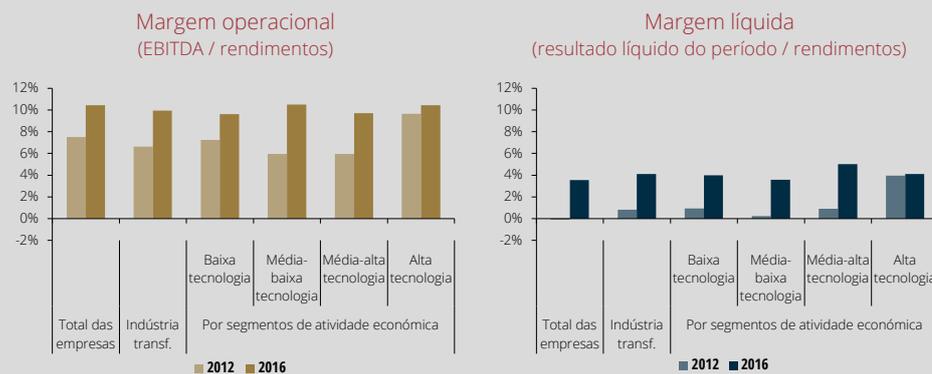
remuneração média dos trabalhadores do total das empresas. A indústria de baixa tecnologia era o único segmento com uma remuneração média inferior à do total do setor, equivalente a 85% da remuneração média do total das empresas.

A indústria de alta tecnologia distinguia-se dos restantes segmentos também pela estrutura produtiva mais intensiva em capital. Em 2016, o *stock* de investimentos não financeiros<sup>7</sup> (ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis) representava 43% do ativo deste segmento, valor superior aos 34% observados para o total das indústrias transformadoras. No mesmo ano, o montante de investimentos não financeiros

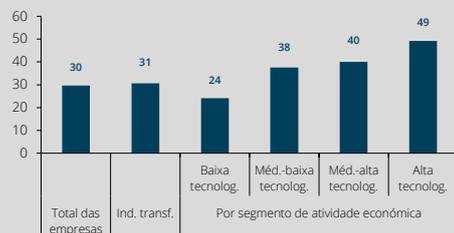
por pessoa ao serviço na indústria de alta tecnologia ascendia a 87 mil euros, cerca do dobro do valor observado para o total do setor.

O maior peso dos investimentos não financeiros no segmento de alta tecnologia estava associado aos ativos intangíveis (que incluem marcas, patentes, licenças e gastos de desenvolvimento, entre outros ativos), rubrica que representava 12% do ativo das empresas deste segmento em 2016. Nos restantes segmentos das indústrias transformadoras, o peso dos ativos intangíveis no total do ativo era relativamente residual, embora na indústria de baixa tecnologia esta percentagem (4%) fosse o dobro da observada nos segmentos de média-baixa e média-alta tecnologia.

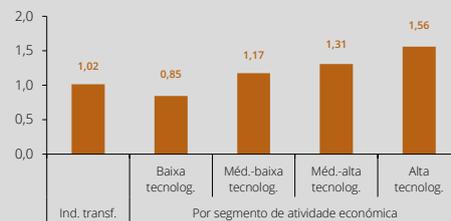
**Gráfico 13 • Resultados | Peso face aos rendimentos**



**Gráfico 14 • Produtividade aparente do trabalho (VAB em milhares de euros por pessoa ao serviço, 2016)**



**Gráfico 15 • Remuneração por pessoa ao serviço (total das empresas = 1, 2016)**



## 3. Financiamento

### 3.1. Capitais próprios

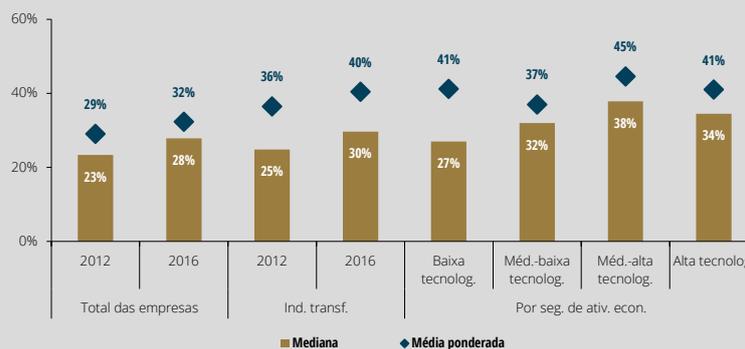
Em 2016, 40% do ativo das empresas das indústrias transformadoras era financiado por capitais próprios, valor superior aos 32% registados pelo total das empresas (Gráfico 16). Apenas a indústria de média-baixa tecnologia apresentava um peso dos capitais próprios na estrutura de financiamento inferior ao observado pelo total do setor (37%).

O peso dos capitais próprios no ativo das indústrias transformadoras era positivamente influenciado por um conjunto de empresas de maior dimensão com autonomias financeiras mais elevadas, já que, em 2016, metade das empresas do setor apresentava uma autonomia financeira de 30% ou inferior. Este enviesamento era transversal aos vários segmentos de atividade, já que, em todos eles, a maior parte das empresas apresentava uma proporção de financiamento por capitais próprios inferior ao valor médio agregado. Esta situação era particularmente notória na indústria de baixa tecnologia, que apresentava a menor mediana para este rácio (27%).

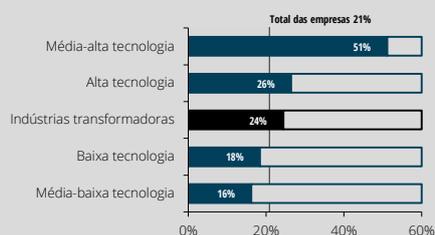
Em 2016, 24% dos capitais próprios das empresas das indústrias transformadoras correspondiam a investimento direto do exterior em Portugal (IDE)<sup>8</sup> (Gráfico 17). A participação de acionistas ou sócios estrangeiros no capital das empresas era superior nos segmentos de maior intensidade tecnológica. Mais de metade dos capitais próprios da indústria de média-alta tecnologia correspondia a IDE. A indústria de alta tecnologia apresentava a maior proporção de empresas com participação de acionistas ou sócios estrangeiros no capital (14% das empresas do segmento) (Gráfico 18). Nos segmentos de baixa e média-baixa tecnologia, apesar de o peso do IDE nos capitais próprios assumir uma relevância similar (18% e 16%, respetivamente), a proporção de empresas objeto de investimento estrangeiro era residual.

Na “Caixa 2 | Empresas das indústrias transformadoras com investimento direto do exterior” observa-se que estas empresas apresentam maior abertura ao exterior, assim como níveis de rentabilidade e produtividade mais elevados.

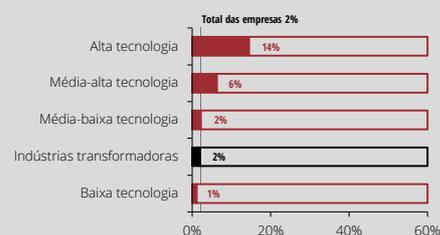
**Gráfico 16 • Capitais próprios em percentagem do ativo (2016)**



**Gráfico 17 • Peso do IDE nos capitais próprios (2016)**



**Gráfico 18 • Percentagem de empresas com IDE (2016)**



## Caixa 2 | Empresas das indústrias transformadoras com investimento direto do exterior

O investimento direto do exterior em Portugal (IDE) representa a entrada de capital estrangeiro na economia e possibilita a incorporação de novas tecnologias no processo produtivo e o acesso das empresas a novos mercados. Entre 2007 e 2017, o IDE (considerando investimento sob a forma de capital mas também sob a forma de financiamentos concedidos) cresceu em média 4% por ano, atingindo 120 mil milhões de euros em dezembro de 2017. Nesta caixa são apresentados alguns indicadores que comparam as empresas das indústrias transformadoras que foram objeto de IDE no respetivo capital com as restantes empresas do setor.

Em 2016, 2% das empresas com atividade nas indústrias transformadoras eram objeto de IDE. Estas empresas representavam 36% das exportações, 25% do volume de negócios e 15% das pessoas ao serviço do setor em 2016. Como tal, as empresas com IDE apresentavam um volume de negócios médio mais elevado e uma maior abertura ao exterior. As exportações e as importações pesavam mais no volume de negócios deste conjunto de empresas do que nas restantes empresas do setor. Em 2016, as exportações das empresas com IDE equivaliam a 66% do respetivo volume de negócios (40% para as restantes empresas do setor), ao passo que as importações representavam 44% do seu volume de negócios (25% para as restantes empresas do setor) (Gráfico 19).

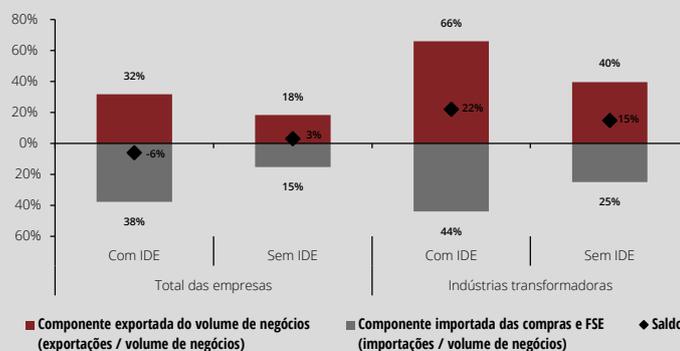
Também o saldo entre estas duas componentes (exportações e importações), positivo para o conjunto das indústrias transformadoras, era mais elevado entre as empresas com IDE (22% do seu volume de negócios, em 2016) do que entre as restantes empresas (15% do seu volume de negócios). Este diferencial era significativamente distinto quando consideradas as empresas com e sem IDE, tomando o total das empresas como referencial. O diferencial entre exportações e importações era, em 2016, negativo para a totalidade das empresas com IDE, num montante correspondente a 6% do respetivo volume de negócios e positivo para as empresas sem IDE (3% do seu volume de negócios).

Também a rendibilidade dos capitais próprios das indústrias transformadoras era, em 2016, mais elevada entre as empresas com IDE (16%) do que entre as restantes empresas (7%) (Gráfico 20). A diferença entre estes dois grupos era transversal aos vários segmentos de intensidade tecnológica, sendo mais relevante na indústria de média-baixa tecnologia; neste segmento as empresas com IDE apresentaram, em 2016, uma rendibilidade 3,7 vezes superior à registada pelas restantes empresas do segmento.

No mesmo ano, o VAB por pessoa ao serviço das empresas das indústrias transformadoras com IDE ascendeu a 49 mil euros, um valor superior aos 27 mil euros associado às empresas sem IDE (Gráfico 21). A maior produtividade aparente do trabalho das empresas com IDE observava-se em todos os segmentos de intensidade tecnológica, mas era mais expressiva entre as indústrias de baixa e média-baixa tecnologia. Nestes dois segmentos, o VAB por pessoa ao serviço das empresas com IDE era 1,7 vezes superior ao valor para as empresas sem IDE.

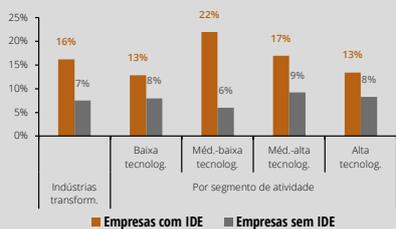
Os dados apontam, desta forma, para a existência de diferenças entre as empresas com e sem IDE em termos de abertura ao exterior, rendibilidade e produtividade. Este diferencial era particularmente relevante no setor das indústrias transformadoras, com as empresas objeto de IDE a registarem, genericamente, melhor desempenho.

**Gráfico 19 • Componente exportada do volume de negócios e componente importada das compras e FSE | Em percentagem do volume de negócios (2016)**

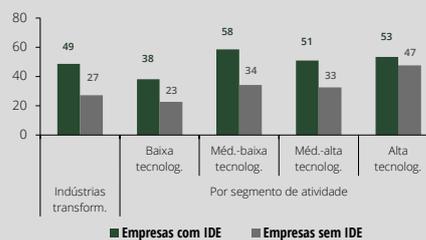


Nota: A componente importada das compras e FSE corresponde às importações realizadas pelas empresas das indústrias transformadoras. Este conceito não deve ser confundido com o de importação de bens e serviços que consta na balança comercial, por incluir apenas as importações de bens de consumo intermédio incorporados na produção das empresas do setor, excluindo-se a importação de máquinas e equipamentos, assim como de bens de consumo intermédio realizadas por outros setores e bens de consumo final.

**Gráfico 20 • Rendibilidade dos capitais próprios (2016)**



**Gráfico 21 • Produtividade aparente do trabalho (VAB em milhares de euros por pessoa ao serviço, 2016)**



## 3.2. Capitais alheios

### 3.2.1 Estrutura

Em 2016, o passivo<sup>9</sup> das empresas das indústrias transformadoras era composto, maioritariamente, por dívida remunerada<sup>10</sup> (Gráfico 22). Ainda assim, o peso da dívida remunerada nas indústrias transformadoras (51% do passivo do setor) era inferior ao registado para o total das empresas (57%). Em contrapartida, os créditos comerciais apresentavam uma maior preponderância nas indústrias transformadoras (27% do passivo, face a 16% no total das empresas).

A indústria de média-alta tecnologia apresentava o maior peso dos créditos comerciais no passivo (35%); este era o único segmento cuja dívida remunerada representava menos de metade dos capitais alheios (44%).

### 3.2.2 Dívida remunerada

Em 2016, cerca de metade (51%) da dívida remunerada das empresas das indústrias transformadoras assumia a forma de empréstimos bancários, proporção superior à observada no total das empresas (42% da dívida remunerada) (Gráfico 23).

O financiamento de empresas do grupo representava 27% da dívida remunerada do setor, parcela inferior à registada para o total das empresas (38%), apesar da relevância dos grupos económicos nas indústrias transformadoras.

O peso dos títulos de dívida era similar nas empresas das indústrias transformadoras e no total das empresas (em torno de 14%). Esta pro-

porção era influenciada, nas indústrias transformadoras, pelo recurso a este tipo de dívida por parte de um conjunto reduzido de empresas do setor de maior dimensão.

Os empréstimos bancários representavam 41% da dívida remunerada da indústria de média-baixa tecnologia, parcela inferior à observada nos restantes segmentos mas, ainda assim, a mais relevante da dívida remunerada. Em contrapartida, o recurso a financiamentos de empresas do grupo era mais significativo neste segmento (37% da dívida remunerada) do que nos restantes.

De acordo com informação da Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal<sup>11</sup>, os empréstimos concedidos pelo sistema financeiro residente<sup>12</sup> às indústrias transformadoras diminuíram entre 2012 e 2017: o montante de crédito obtido pelo setor equivalia, no final deste período, a 89% do crédito obtido pelo setor no final de 2012. Ainda assim, esta redução foi inferior à registada pelo total das empresas: no final de 2017, o crédito concedido pelo sistema financeiro ao conjunto das empresas não financeiras correspondia a 74% do crédito obtido no final de 2012 (Gráfico 24).

O segmento das empresas de alta tecnologia foi aquele em que o crédito concedido por instituições financeiras residentes mais diminuiu. No final de 2017, o crédito obtido pelo segmento equivalia a 62% dos empréstimos obtidos em 2012.

No final de 2017, assim como ao longo de todo o período analisado, o peso de cada segmento de atividade no total do crédito obtido pelo setor junto das instituições de crédito residentes estava

Gráfico 22 • Estrutura do passivo (2016)

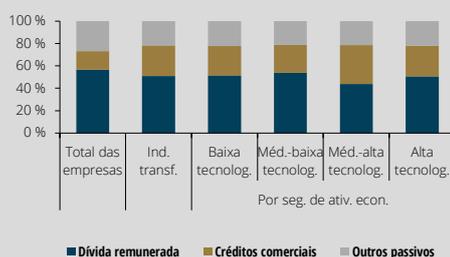
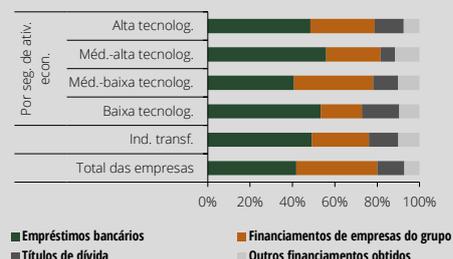


Gráfico 23 • Estrutura da dívida remunerada (2016)



inversamente relacionado com a intensidade tecnológica: 54,3% dos empréstimos estavam associados ao segmento de baixa tecnologia; 30,1% às empresas de média-baixa tecnologia; 12,8% às empresas de média-alta tecnologia; e 2,8% às empresas de alta-tecnologia. Os conjuntos de empresas com menores níveis de intensidade tecnológica aumentaram inclusivamente a sua preponderância na estrutura relativa a este tipo de financiamento entre 2012 e 2017.

No que respeita aos indicadores de incumprimento, no final de 2017, 0,9 em cada 10 euros de crédito concedido às empresas das indústrias transformadoras estavam em incumprimento<sup>13</sup> (1,4 euros no total das empresas) (Gráfico 25). O setor apresentou rácios de crédito vencido sistematicamente inferiores aos do total das empresas no período em análise.

No entanto, a proporção de empresas com crédito vencido era superior no setor em análise do que no total das empresas: 26,8% das empresas das indústrias transformadoras apresentava algum tipo de crédito em incumprimento no final de 2017 (25,1% no total das empresas).

O incumprimento nas indústrias transformadoras evidenciava uma relação inversa com o nível da intensidade tecnológica: os segmentos de alta e média-alta tecnologia apresentavam, no final de 2017, os menores rácios de crédito vencido (1,6% e 7,9%, respetivamente) e as menores parcelas de empresas em incumprimento (17,5% e 22,5%, respetivamente), comparando favoravelmente com

os restantes segmentos ao longo do período 2012-2017.

Em 2016, os juros suportados absorveram 8% do EBITDA gerado pelas empresas das indústrias transformadoras, menos de metade do valor observado para o total das empresas (17%) (Gráfico 26). No segmento de média-alta tecnologia, a percentagem do EBITDA absorvida por juros era inferior à do total do setor, decorrente do menor peso da dívida remunerada na estrutura de financiamento das empresas do segmento.

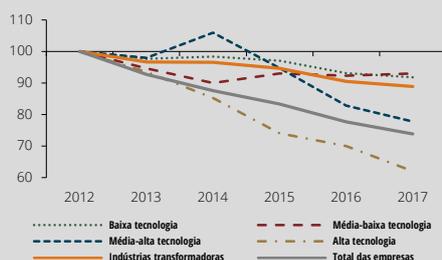
Em 2016, o peso dos juros suportados no EBITDA das indústrias transformadoras reduziu-se em 2 pp face a 2015 (redução de 3 pp no total das empresas). A pressão financeira suportada pelo setor já tinha diminuído em anos anteriores do período analisado. A redução observada em 2016 foi transversal a todos os segmentos de atividade.

### 3.2.3 Dívida comercial

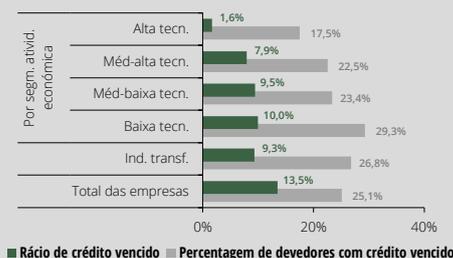
O peso da dívida comercial no passivo era superior para as empresas das indústrias transformadoras do que para o total das empresas. Em 2016, mais de um quarto do passivo do setor era financiado com recurso a este tipo de financiamento (16% no total das empresas).

Apesar da relevância dos créditos comerciais no passivo do setor, as empresas das indústrias transformadoras não conseguiam obter financiamento líquido por esta via, à semelhança do total das empresas (Gráfico 27).

**Gráfico 24 • Empréstimos concedidos pelo sistema financeiro residente (2012=100)**



**Gráfico 25 • Indicadores de incumprimento bancário (final de 2017)**



A decomposição da dívida comercial líquida entre fornecedores e clientes mostra que o peso destas rubricas no volume de negócios de cada agregado era semelhante quando considerado o total das empresas, as indústrias transformadoras ou cada um dos seus segmentos de atividade.

O segmento de média-alta tecnologia era, ainda assim, aquele cujas dívidas de clientes (em proporção do volume de negócios) apresentavam um menor peso, resultando numa dívida comercial líquida menos negativa do que a registada pelos demais segmentos de atividade.

### 3.3. Equilíbrio financeiro

Os ativos não correntes<sup>14</sup> detidos pelas empresas das indústrias transformadoras, em 2016, encontravam-se totalmente financiados por capitais permanentes<sup>15</sup> (Gráfico 28).

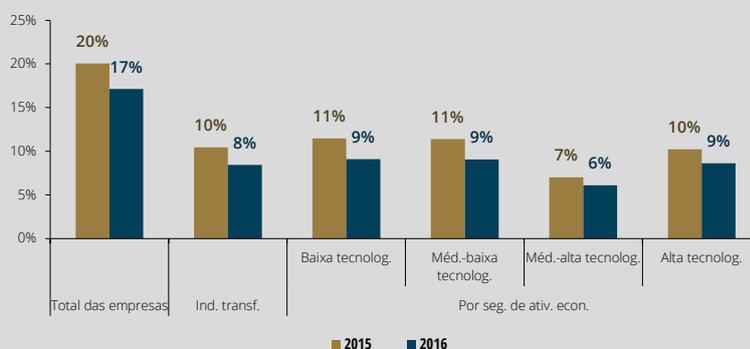
Os capitais permanentes do setor correspondiam a 129% dos ativos não correntes, valor superior ao observado para o total das empresas (117%). A maior parte das empresas do setor apresentava uma cobertura dos ativos correntes superior ao valor agregado, com o valor

mediano para este rácio a atingir 182% nas indústrias transformadoras (177% para o total das empresas).

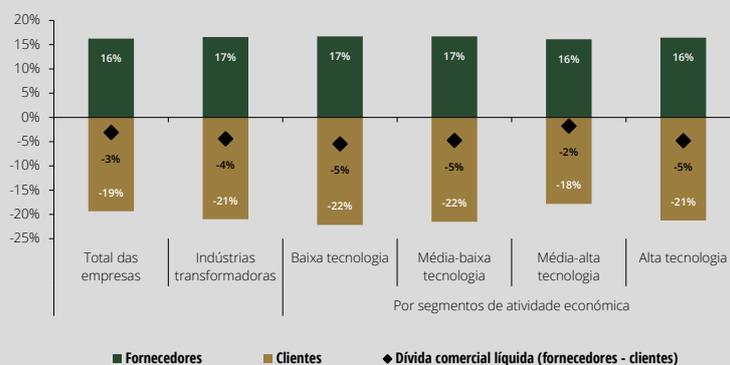
Todos os segmentos de atividade apresentavam uma cobertura dos ativos não correntes superior à do total das empresas, em particular a indústria de média-alta tecnologia, na qual os capitais permanentes superavam os ativos não correntes em 45% do respetivo valor.

As empresas da indústria de média-alta tecnologia dispunham, desta forma, de um fundo de maneo<sup>16</sup> mais elevado do que as empresas dos restantes segmentos, numa proporção equivalente a 19% do seu ativo (Gráfico 29). Entre os restantes segmentos, o fundo de maneo situava-se entre os 12% e os 13% do ativo, proporção superior à observada para o total das empresas (10%), e indicativa da maior disponibilidade de recursos das empresas do setor para fazer face às suas dívidas de curto prazo.

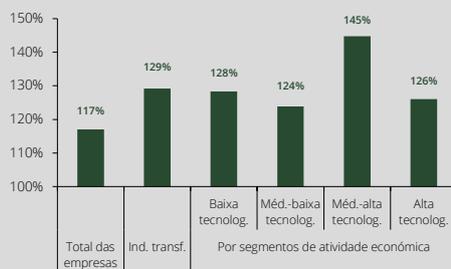
**Gráfico 26 • Peso dos juros suportados no EBITDA**



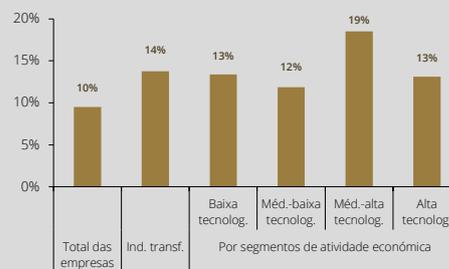
**Gráfico 27 • Fornecedores, clientes e dívida comercial líquida (em percentagem do volume de negócios, 2016)**



**Gráfico 28 • Cobertura dos ativos não correntes (capitais permanentes / ativos não correntes, 2016)**



**Gráfico 29 • Fundo de maneo (em percentagem do ativo, 2016)**



Notas: Considera-se uma situação de equilíbrio financeiro se a cobertura dos ativos não correntes for superior a 100%.

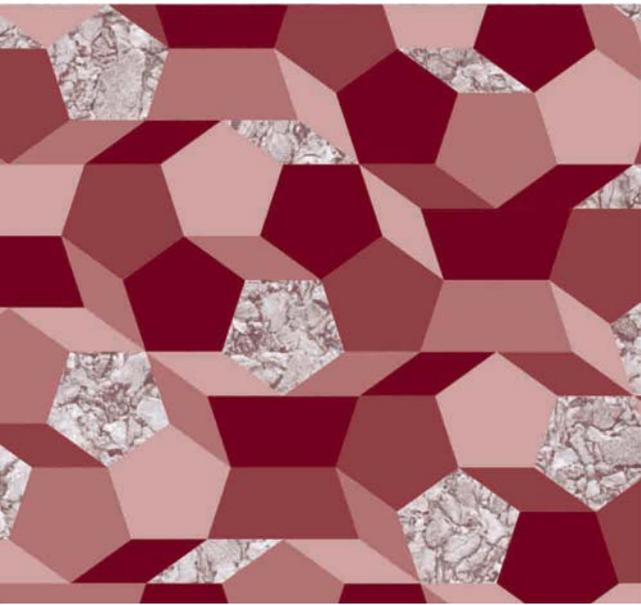
## Notas

1. O setor das sociedades não financeiras (SNF) constitui um dos setores institucionais da economia. A setorização institucional dos agentes económicos é efetuada de acordo com o Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais de 2010 (SEC 2010), aprovado pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho através do Regulamento n.º 549/2013, de 21 de maio. O SEC 2010 constitui o referencial harmonizado sobre a metodologia de compilação e prazo de disponibilização das contas nacionais dos países da União Europeia, incluindo estatísticas sob a responsabilidade do Banco de Portugal. As séries em estudo têm subjacente a delimitação do universo SEC 2010. Tendo por base o normativo das contas nacionais, os empresários em nome individual (ENI) estão incluídos no setor institucional dos particulares. Desta forma, todos os dados apresentados neste estudo para o setor das SNF excluem os ENI (representativos de cerca de dois terços do número de empresas em Portugal, mas de apenas 5% do respetivo volume de negócios). Foram ainda excluídas da presente análise as empresas classificadas nas Secções K – *Atividades Financeiras e de Seguros*, O – *Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória*, T – *Atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e atividades de produção das famílias para uso próprio* e U – *Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais*, bem como na Subclasse 70100 – *Atividades das sedes sociais* da Classificação Portuguesa das Atividades Económicas, Revisão 3 (CAE.Rev.3).
2. A Central de Balanços do Banco de Portugal é uma base de dados com informação económica e financeira sobre as SNF em Portugal. A informação baseia-se nos dados contabilísticos anuais comunicados no âmbito da Informação Empresarial Simplificada (IES) e nos dados contabilísticos trimestrais reportados pelas empresas através do Inquérito Trimestral às Empresas Não Financeiras (ITENF). Os dados anuais cobrem a quase totalidade das SNF e os dados trimestrais cobrem cerca de quatro mil empresas, representativas de 50% do volume de negócios do setor. A informação apresentada neste estudo reflete, essencialmente, dados recolhidos através da IES e tratados pela Central de Balanços do Banco de Portugal, incorporando ainda uma parcela estimada para a não-resposta à IES (considerada no último ano a que respeita a informação apresentada). São adicionalmente consideradas, em alguns casos, formas alternativas de apresentação dos indicadores económico-financeiros agregados das empresas, que podem resultar em diferenças face a elementos apresentados em outros produtos estatísticos produzidos com base em informação da Central de Balanços, tendo em vista uma leitura mais ajustada ao fenómeno em estudo. Para mais detalhe relativamente à atividade da Central de Balanços, podem ser consultados os *Suplementos ao Boletim Estatístico 1/2008 – Reporte simplificado: incorporação da Informação Empresarial Simplificada nas Estatísticas das Empresas não Financeiras da Central de Balanços* e *2/2013 – Estatísticas das Empresas não Financeiras da Central de Balanços – Notas metodológicas*, bem como a publicação *Estudos da Central de Balanços | 19 – Quadros do Setor e Quadros da Empresa e do Setor – Notas Metodológicas | Série Longa 1995-2013*, de novembro de 2014.
3. A classificação de intensidade tecnológica adotada pelo Eurostat assenta na Nomenclatura Estatística das Atividades Económicas na Comunidade Europeia – NACE Rev. 2 (instituída pelo Regulamento (CE) n.º 1893/2006, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de Dezembro de 2006, que uniformiza a classificação de atividades económicas na União Europeia). A Classificação Portuguesa das Atividades Económicas – CAE Rev.3 é genericamente compatível com a NACE Rev. 2. A correspondência entre os segmentos de intensidade tecnológica e as divisões e grupos da CAE-Rev.3 utilizada neste estudo pode ser consultada na síntese metodológica disponibilizada em anexo.
4. EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) é o resultado antes de juros, impostos, depreciações e amortizações.
5. A produtividade aparente do trabalho traduz o valor acrescentado bruto (VAB) gerado por pessoa ao serviço.
6. O VAB foi, no âmbito deste estudo, considerado como o valor da produção das empresas (que inclui o volume de negócios, os subsídios à exploração, a variação da produção, os trabalhos para a própria entidade e os rendimentos suplementares) deduzido dos seus consumos intermédios (CMVMC, FSE e impostos indiretos).
7. Os investimentos não financeiros correspondem aos ativos utilizados de forma permanente pelas empresas na sua atividade produtiva. Esta rubrica inclui os ativos fixos tangíveis (que incluem, por exemplo, edifícios, máquinas e equipamentos) e os ativos intangíveis (por exemplo, marcas, patentes e licenças).
8. O investimento direto do exterior em Portugal (IDE) observa-se quando as participações de entidades não residentes no capital de empresas residentes traduzem um interesse de caráter duradouro e garantem às primeiras controlo ou influência significativa sobre a gestão das segundas. Para mais informação sobre a compilação das estatísticas de posição de investimento internacional pode ser consultado o *Suplemento ao Boletim Estatístico 2/2015 – Estatísticas da Balança de Pagamentos e da Posição de Investimento Internacional – Notas metodológicas*.
9. Foram excluídas da análise as componentes do passivo consideradas eminentemente contabilísticas, como sejam os diferimentos e as provisões. Desta forma, a classe “outros passivos” incorpora as dívidas ao Estado e outros entes públicos, a acionistas e sócios (não remuneradas), outros passivos correntes e outras contas a pagar.
10. A dívida remunerada corresponde ao conjunto dos financiamentos remunerados obtidos, designadamente, através da emissão de títulos de dívida, empréstimos junto de instituições de crédito e sociedades financeiras, financiamentos junto de empresas do grupo e outros financiamentos obtidos.
11. Informação com base na Central de Responsabilidades de Crédito (CRC), a qual é uma base de dados gerida pelo Banco de Portugal com informação prestada pelas entidades participantes (instituições residentes) sobre créditos concedidos. Para mais informação, pode ser consultado o *Caderno n.º 5 do Banco de Portugal, Central de Responsabilidades de Crédito*.
12. Incluem, nomeadamente, bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuo, bem como sociedades de *factoring*, sociedades financeiras para aquisições a crédito e sociedades de locação financeira. Em 2017, cerca de 95% do crédito concedido a empresas não financeiras por instituições de crédito (IC) residentes teve origem em bancos.
13. Para o rácio de crédito vencido é utilizada a informação sobre créditos concedidos por IC residentes da CRC do Banco de Portugal, sendo calculada a proporção dos montantes de crédito vencido no total de crédito obtido. O crédito considera-se vencido quando se verifica a falta de pagamento das prestações da respetiva amortização relativamente às datas em que estava previsto que o mesmo ocorresse. Os clientes de crédito podem entrar em situação de incumprimento relativamente ao capital e/ou aos juros e outras despesas. Essa situação verifica-se relativamente ao capital, decorridos no máximo 30 dias após o seu vencimento sem que se tenha verificado a respetiva regularização; e, relativamente aos juros e outras despesas, a partir da data em que o pagamento deveria ter sido efetuado. Esta informação tem por base saldos de crédito registados nos balanços das instituições financeiras, os quais podem respeitar a empresas já extintas, atendendo a que, mesmo após o encerramento de uma empresa, a existência de ativos e de garantias pessoais permite que uma parte da dívida possa ainda ser amortizada. Após a cessação de atividade, uma parte significativa do crédito permanece, muitas vezes, registada como crédito vencido, sendo progressivamente substituído por crédito abatido ao ativo. Para mais informações pode ser consultado o *Boletim Económico* de maio de 2015, disponível em [www.bportugal.pt](http://www.bportugal.pt).

14. Os ativos não correntes correspondem aos ativos realizáveis, vendidos ou consumidos num período superior ao ciclo operacional normal das empresas (regra geral, considera-se como referência um período superior a 12 meses). Incluem-se nesta categoria os ativos fixos tangíveis (por exemplo, edifícios, máquinas e equipamentos), os ativos intangíveis (por exemplo, marcas e patentes) e os investimentos financeiros. Na publicação *Estudos da Central de Balanços* | 19 - *Quadros do Setor e Quadros da Empresa e do Setor – Notas Metodológicas | Série Longa 1995-2013*, de novembro de 2014 encontra-se uma definição mais detalhada sobre os indicadores de equilíbrio financeiro.

15. Os capitais permanentes correspondem à soma dos capitais próprios com os passivos não correntes das empresas (passivos liquidáveis num período superior ao ciclo operacional normal das empresas – regra geral, considera-se como referência um período superior a 12 meses), traduzindo, desta forma, o montante total dos financiamentos das empresas cuja liquidação não é exigível no curto prazo. Na publicação *Estudos da Central de Balanços* | 19 - *Quadros do Setor e Quadros da Empresa e do Setor – Notas Metodológicas | Série Longa 1995-2013*, de novembro de 2014 encontra-se uma definição mais detalhada sobre os indicadores de equilíbrio financeiro.

16. O fundo de maneiio corresponde à diferença entre os ativos correntes e os passivos correntes. Um valor positivo para o fundo de maneiio indica que os ativos com maior grau de liquidez são suficientes para a cobertura dos passivos exigíveis no curto prazo (o contrário se negativo). Na publicação *Estudos da Central de Balanços* | 19 - *Quadros do Setor e Quadros da Empresa e do Setor – Notas Metodológicas | Série Longa 1995-2013*, de novembro de 2014 encontra-se uma definição mais detalhada sobre os indicadores de equilíbrio financeiro.



# Anexo

Síntese metodológica



## Síntese metodológica

**Autonomia financeira:** Rácio entre os capitais próprios e o ativo total.

**Dimensão da empresa:** As empresas foram agrupadas em três classes: micro, pequenas e médias (PME), e grandes empresas. Para esta classificação foram utilizados os critérios da Recomendação da Comissão Europeia, de 6 de maio de 2003, relativa à definição de micro, pequenas e médias empresas. Segundo esta Recomendação, são classificadas como microempresas as entidades com um número de pessoas ao serviço inferior a 10 e cujo volume de negócios anual ou balanço total anual não excede 2 milhões de euros. Para efeitos deste estudo, as PME não incluem as microempresas e caracterizam-se por apresentarem um número de pessoas ao serviço menor que 250 e um volume de negócios anual que não excede 50 milhões de euros ou um balanço total anual que não excede 43 milhões de euros. São classificadas como grandes empresas as que não se enquadram nas condições anteriores.

**Distribuição por quartis:** Para se calcularem os quartis, colocam-se por ordem crescente os valores das empresas para o indicador em análise. O primeiro quartil corresponde à posição dos 25% da amostra ordenada (25% das empresas têm valor inferior para aquele indicador e 75% têm valor superior). O segundo quartil (ou mediana) corresponde a 50%, ou seja, metade das empresas observam um valor superior e metade um valor inferior. O terceiro quartil corresponde à posição dos 75% da amostra ordenada (75% das empresas têm valor inferior para aquele indicador e 25% têm valor superior). O intervalo interquartil (obtido pela diferença entre o terceiro quartil e o primeiro quartil) dá uma indicação da dispersão da distribuição. Para mais detalhe relativamente ao cálculo destas medidas estatísticas, pode ser consultada a publicação Estudos da Central de Balanços | 19 – Quadros do setor e quadros da empresa e do setor – Notas metodológicas (Série longa 1995-2013), novembro de 2014.

**Dívida remunerada:** A dívida remunerada corresponde ao conjunto de financiamentos remunerados obtidos pela empresa, designadamente,

através da emissão de títulos de dívida, empréstimos junto de instituições de crédito e sociedades financeiras, financiamentos junto de empresas do grupo e outros financiamentos obtidos.

**EBITDA:** Resultado antes de juros, gastos de depreciação e amortização e impostos.

**Investimento direto do exterior em Portugal (IDE):** Valor das participações de entidades não residentes no capital de empresas residentes que cumprem os seguintes critérios: (i) traduzem um interesse de carácter duradouro, e (ii) garantem às primeiras controlo ou influência significativa sobre a gestão das segundas.

**Intensidade tecnológica:** A classificação de intensidade tecnológica adotada pelo Eurostat e pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) segue uma abordagem setorial, definindo quatro graus de intensidade tecnológica de acordo com um conjunto de indicadores sobre os gastos em investigação e desenvolvimento (I&D), o valor acrescentado bruto (VAB) e a produção, observados para o total de cada indústria. Esta classificação tem uma correspondência com a CAE-Rev.3, de acordo com o seguinte:

- o Alta tecnologia: Divisão 21 – *Fabricação de produtos farmacêuticos de base e de preparações farmacêuticas*; Divisão 26 – *Fabricação de equipamentos informáticos, equipamento para comunicações e produtos eletrónicos e óticos*; Grupo 303 – *Fabricação de aeronaves, de veículos espaciais e equipamento relacionado*.
- o Média-alta tecnologia: Divisão 20 – *Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais, exceto produtos farmacêuticos*; Divisão 27 – *Fabricação de equipamento elétrico*; Divisão 28 – *Fabricação de máquinas e de equipamentos, n.e.*; Divisão 29 – *Fabricação de veículos automóveis, reboques, semi-reboques e componentes para veículos automóveis*; Grupo 254 – *Fabricação de armas e munições*; Grupo 302 – *Fabricação de material circulante para caminhos-de-ferro*; Grupo 304 – *Fabricação de veículos militares de combate*; Grupo 309 – *Fabricação de equipamento de transporte, n.e.*; Grupo 325 – *Fabricação de instrumentos e material médico-cirúrgico*.
- o Média-baixa tecnologia: Divisão 19 – *Fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados e de aglomerados de combustíveis*; Divisão 22 – *Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas*; Divisão 23 – *Fabricação de outros produtos minerais não metálicos*; Divisão 24 – *Indústrias metalúrgicas de base*; Divisão 25 – *Fabricação*

*de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos, excluindo o Grupo 254 – Fabricação de armas e munições; Divisão 33 – Reparação, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos; Grupo 182 – Reprodução de suportes gravados; Grupo 301 – Construção naval.*

- o Baixa tecnologia: Divisão 10 – *Indústrias alimentares*; Divisão 11 – *Indústria das bebidas*; Divisão 12 – *Indústria do tabaco*; Divisão 13 – *Fabricação de têxteis*; Divisão 14 – *Indústria do vestuário*; Divisão 15 – *Indústria do couro e dos produtos do couro*; Divisão 16 – *Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras, exceto mobiliário*; *Fabricação de obras de cestaria e de espartaria*; Divisão 17 – *Fabricação de pasta, de papel, de cartão e seus artigos*; Divisão 31 – *Fabrico de mobiliário e de colchões*; Divisão 32 – *Outras indústrias transformadoras, excluindo o Grupo 325 – Fabricação de instrumentos e material médico-cirúrgico*; Grupo 181 – *Impressão e atividades dos serviços relacionados com a impressão.*

**Número de pessoas ao serviço (NPS):** Corresponde, para cada empresa, ao número médio de pessoas ao serviço durante os meses do ano em que a mesma esteve em atividade. São consideradas todas as pessoas que participaram na atividade das empresas, independentemente do seu vínculo.

**Pressão financeira:** Rácio entre os juros suportados e o EBITDA.

**Produtividade aparente do trabalho:** Corresponde ao VAB gerado pelas empresas dividido pelo número de pessoas ao serviço.

**Rendibilidade dos capitais próprios:** Rácio entre o resultado líquido do período e os capitais próprios.

**Setor de atividade económica:** Foram excluídas desta análise, no que ao total das empresas diz respeito, as empresas classificadas nas Secções K – *Atividades Financeiras e de Seguros*, O – *Administração Pública e Defesa*; *Segurança Social Obrigatória*, T – *Atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e atividades de produção das famílias para uso próprio* e U – *Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extra-territoriais*, bem como na Subclasse 70100 – *Atividades das sedes sociais* da CAE-Rev.3.

**Valor acrescentado bruto (VAB):** Valor da produção das empresas (que inclui o volume de negócios, os subsídios à exploração, a variação da produção, os trabalhos para a própria entidade e os rendimentos suplementares) deduzido dos seus consumos intermédios (CMVMC, FSE e impostos indiretos).

**Volume de negócios:** Valor das vendas e das prestações de serviços realizados pelas empresas durante o exercício económico (regra geral, correspondente ao ano civil).

## Siglas e acrónimos

|          |   |
|----------|---|
| CAE      | Classificação Portuguesa das Atividades Económicas  |
| EBITDA   | Resultados antes de juros, impostos, depreciações e amortizações<br>(do inglês, <i>Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization</i> ) |
| IES      | Informação Empresarial Simplificada   |
| INE      | Instituto Nacional de Estatística   |
| ITENF    | Inquérito Trimestral às Empresas Não Financeiras  |
| pp       | Pontos percentuais  |
| PME      | Pequenas e médias empresas (exclui as microempresas)  |
| SEC 2010 | Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais de 2010   |
| SNF      | Sociedades não financeiras  |
| VAB      | Valor acrescentado bruto  |

## Referências

Banco de Portugal (2008), *"Reporte simplificado: incorporação da Informação Empresarial Simplificada nas Estatísticas das Empresas Não Financeiras da Central de Balanços"*, *Suplemento ao Boletim Estatístico*, 1/2008, maio de 2008.

<https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/suplemento-1-2008.pdf>

Banco de Portugal (2013), *"Estatísticas das Empresas não Financeiras da Central de Balanços – Notas metodológicas"*, *Suplemento ao Boletim Estatístico*, 2/2013, outubro de 2013.

<https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/suplemento-2-2013.pdf>

Banco de Portugal (2014), *"Quadros do Setor e Quadros da Empresa e do Setor: Notas Metodológicas – Série Longa 1995-2013"*, *Estudos da Central de Balanços*, n.º 19, novembro de 2014.

[https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/estudo%20da%20cb\\_19\\_2014.pdf](https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/estudo%20da%20cb_19_2014.pdf)

Banco de Portugal (2015), *"Central de Responsabilidades de Crédito"*, *Cadernos do Banco de Portugal*, n.º 5, abril de 2015.

[https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/5\\_central\\_responsabilidades\\_de\\_credito.pdf](https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/5_central_responsabilidades_de_credito.pdf)

Banco de Portugal (2015), *Boletim Económico*, maio de 2015.

[https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/bol\\_econ\\_maio2015\\_p.pdf](https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/bol_econ_maio2015_p.pdf)

Banco de Portugal (2015), *"Análise das empresas do setor exportador em Portugal"*, *Estudos da Central de Balanços*, n.º 22, junho de 2015.

[https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/estudos%20da%20cb\\_22\\_2015.pdf](https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/estudos%20da%20cb_22_2015.pdf)

Banco de Portugal (2015), *"Estatísticas da Balança de Pagamentos e da Posição de Investimento Internacional – Notas metodológicas"*, *Suplemento ao Boletim Estatístico*, 2/2015, outubro de 2015.

<https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/suplemento-2-2015.pdf>

Banco de Portugal (2017), *"Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2012-2016"*, *Estudos da Central de Balanços*, n.º 30, dezembro de 2017.

[https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/estudos\\_da\\_cb\\_30\\_2017.pdf](https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/estudos_da_cb_30_2017.pdf)

Banco de Portugal (2018), *Boletim Económico*, maio de 2018.

[https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/be\\_maio2018\\_p.pdf](https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/be_maio2018_p.pdf)

Banco de Portugal (2018), *"Análise das empresas integradas em grupos"*, *Estudos da Central de Balanços*, n.º 32, junho de 2018.

[https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/estudos\\_da\\_cb\\_32\\_2018.pdf](https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/estudos_da_cb_32_2018.pdf)

Decreto-Lei n.º 381/2007, de 14 de novembro, relativo à definição da Classificação Portuguesa de Atividades Económicas, Revisão 3 (CAE-Rev.3).

Eurostat Statistics Explained, *High-tech classification of manufacturing industries*.

[http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Glossary:High-tech\\_classification\\_of\\_manufacturing\\_industries](http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Glossary:High-tech_classification_of_manufacturing_industries)

Recomendação da Comissão Europeia, de 6 de maio de 2003, relativa à definição de micro, pequenas e médias empresas (2003/361/CE).

Regulamento (CE) n.º 1893/2006, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de Dezembro de 2006, relativo à uniformização da classificação de atividades económicas na União Europeia.

Regulamento (UE) n.º 549/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de maio de 2013, relativo ao Sistema europeu de contas nacionais e regionais na Comunidade.

Rua, A. (2017), *"Datação dos ciclos económicos em Portugal"*, *Revista de Estudos Económicos*, volume III, n.º1, janeiro 2017, pp 47-64.

## Estudos da Central de Balanços

- 1 | Quadros da empresa e do setor, novembro 2010
- 2 | Estrutura e dinâmica das sociedades não financeiras em Portugal, dezembro 2010
- 3 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal, setembro 2011
- 4 | Análise setorial das indústrias alimentares, novembro 2011
- 5 | Análise setorial do alojamento, restauração e similares, novembro 2011
- 6 | Novos quadros da empresa e do setor: adaptação ao sistema de normalização contabilística, dezembro 2011
- 7 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2010/2011, abril 2012
- 8 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2011/2012, novembro 2012
- 9 | Análise setorial da indústria dos têxteis e vestuário, novembro 2012
- 10 | Análise setorial da indústria do calçado, novembro 2012
- 11 | Análise do setor agrícola, dezembro 2012
- 12 | Estrutura e dinâmica das sociedades não financeiras em Portugal 2006-2012, novembro 2013
- 13 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2012/2013, novembro 2013
- 14 | Análise do setor automóvel, dezembro 2013
- 15 | Análise do setor da construção, janeiro 2014
- 16 | Análise do setor das atividades de informação e comunicação, abril 2014
- 17 | Análise do setor do turismo, outubro 2014
- 18 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2009-2014, novembro 2014
- 19 | Quadros do setor e quadros da empresa e do setor – Notas metodológicas (Série longa 1995-2013), novembro 2014
- 20 | Análise setorial da indústria metalomecânica, março 2015
- 21 | Análise das empresas do setor do mar, maio 2015
- 22 | Análise das empresas do setor exportador em Portugal, junho 2015
- 23 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2010-2015, novembro 2015
- 24 | Análise das empresas dos setores da madeira, da cortiça e do papel, janeiro 2016
- 25 | Análise das empresas do setor farmacêutico, julho 2016
- 26 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2011-2016, novembro 2016
- 27 | Análise das empresas da indústria das bebidas, janeiro 2017
- 28 | Análise das empresas do setor dos transportes, julho 2017
- 29 | Rendibilidade das empresas portuguesas e europeias 2006-2015, setembro 2017
- 30 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2012-2016, dezembro 2017
- 31 | Análise regional das sociedades não financeiras em Portugal 2012-2016, abril 2018
- 32 | Análise das empresas integradas em grupos, junho 2018
- 33 | As indústrias transformadoras em Portugal 2012-2016, junho 2018

